

Documentação

Fonte: GM (Estado de SP.)

Data: 20/6/2002 Pg 12

Class: 27

ESTADO DE SÃO PAULO

QUINTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2002 — GAZETA MERCANTIL

Página 12

AMBIENTE

Estudo do IBGE aponta falhas na política ambiental do estado

Resultados serão apresentados na Rio+10, em Johannesburgo

Relatório indica problemas na gestão de resíduos, poluição e mananciais

Encontro discute na próxima semana desdobramentos da Rio 92

Cláudia Marques
de São Paulo

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou ontem dados nada confortáveis para o Estado de São Paulo ao apresentar o relatório Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. O documento servirá de base para a participação brasileira na reunião Rio+10 que será realizada em agosto em Johannesburgo (leia texto ao lado). De acordo com o instituto, a concentração de poluentes em áreas urbanas — apesar de restrita à Região Metropolitana de São Paulo — mostra crescente violação do padrão nacional de qualidade. Estudos realizados pela USP apontam a poluição atmosférica da Grande São Paulo como causa direta — por deslocamento — do aumento de poluição em cidades do interior como Rio Claro, Campinas, e Jundiá.

A coleta e destinação do lixo é outra questão ambiental preocupante. Segundo o IBGE, das 105,5 mil toneladas coletadas por dia no estado, apenas 40% têm destinação adequada em aterros sanitários. De acordo com Marussia Whately, coordenadora adjunta do programa Mata Atlântica do Instituto Sócio Ambiental (ISA), embora o estado tenha a maior porcentagem de lixo destinado adequadamente do País, o volume de resíduos jogado em lixões, beira de corpos d'água ou queimado é uma questão ambiental séria.

Para Marussia, o volume de resíduo coletado seletivamente, além de pequeno, não traduz a realidade da eficiência do sistema. De acordo com IBGE, apenas 1,8% do volume — cerca de 2 mil toneladas por dia — é coletado seletivamente. "A coleta seletiva é uma alternativa, mas tem que vir acompanhada de outras medidas, pois não dá mais para que as prefeituras digam que estão inseridas no programa enquanto o resíduo vai para aterros, da mesma forma."

Marussia considera que os caminhos para resolver a questão do resíduo no estado passam primeiro pela fiscalização e regulamentação. "É preciso transformar esses lixões em aterros sanitários. Outra medida que parece consenso entre empresários e ambientalistas é a criação de consórcio de aterros. Um espaço utilizado por várias cidades barateia o custo do aterro, que é muito oneroso para as prefeituras", afirma a ambientalista.

Muitos ambientalistas têm proposto incentivos à mudança de comportamento do consumidor e produtor, por meio de educação ambiental e programas de consumo consciente e taxação por volume de lixo. "A redução de resíduo produzido será refletida diretamente na saúde e conservação dos mananciais", garante Marussia.

Passivo ambiental

Indicadores apontados pelo estudo do IBGE

	São Paulo	Brasil
Despesas públicas com o ambiente	R\$ 599 milhões 1,94% do total	R\$ 1,3 bilhão 0,85% do total
Fertilizantes (em toneladas) ao consumidor	1,19 milhão 213 kg/ha	6,56 milhões 128 kg/ha
Agrotóxicos (em toneladas) ao consumidor	30.848 5,52 kg/ha	140.473 2,76 kg/ha
Área desmatada de Mata Atlântica (1990/95)	674 km ² 3,63%	4,11 mil km ² 5,51%
Coleta seletiva de lixo (em %/dia)	1,943 1,8%	4,290 1,9%

Fonte: IBGE

O IBGE também apontou para o crescimento da utilização de agrotóxicos e fertilizantes no campo paulista, um dos maiores índices do País. A degradação das áreas de Mata Atlântica em 1995 chegava a 3,5% do total, o que representava mais de 600 quilômetros quadrados na época. Hoje, para muitos ambientalistas, esse número é muito maior.

Gestão ambiental

Outro fator importante para a qualidade ambiental é o número de focos de queimadas. Entre 1998 e 2001, os focos de calor caíram de 3.172 pontos para 2.954. Porém, a queda não foi gradativa. De 1998 a 2000 houve aumento no número de focos, seguido de uma queda brusca no ano seguinte. Para João Paulo Capobianco, coordenador do Programa Mata Atlântica do ISA, o dado tem mais relação com o ciclo econômico e oportunidade do que com uma política de intervenção. "Isso revela uma completa falta de intervenção estadual e de ação na gestão ambiental."

O IBGE aponta para os recursos investidos em ciência e tecnologia e em pesquisa e desenvolvimento. De acordo com o relatório, os investimentos ultrapassam R\$ 20 bilhões no País, enquanto em São Paulo, os gastos públicos com proteção ambiental chegaram a R\$ 599 milhões em 2000 — ou 1,94% dos gastos do estado.

Para Capobianco, não basta dizer quanto foi gasto em proteção ambiental. "O importante é saber em que tipo de tecnologia o País investe." Para o ambientalista, o investimento em desenvolvimento sustentável tem que ser dirigido a novos modelos de desenvolvimento, em mapeamento de diversidade. "Isto é, investimentos em ações que poderão se traduzir em novas possibilidades para solucionar problemas crônicos de

gerenciamento", afirma.

O ambientalista criticou a forma como foi conduzida a análise do relatório. Para ele, faltou ao IBGE investir numa área em que o instituto sempre foi exemplar — produzir informações a partir de dados secundários. "Faltou o cruzamento de números para estudo mais detalhado." Segundo Capobianco, a análise foi burocrática. "O papel do IBGE não é fazer compilação de dados; é chegar a conclusões."

claudiamarques@gazetamercantil.com.br

Os dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fazem parte de um relatório de quase 200 páginas que reúne os 50 indicadores ambientais, econômicos, sociais e institucionais que o Brasil apresentará na conferência Rio +10, que será realizada em Johannesburgo, na África do Sul.

De acordo com Guido Gelli, diretor de Geociências do instituto, a publicação do levantamento é parte dos compromissos assumidos durante a Rio 92. "São compromissos consignados no documento final do encontro, a Agenda 21, assinado por mais de 180 países, que o País está cumprindo."

Um desses compromissos era o intercâmbio de indicadores de desenvolvimento sustentável, para dar base a acordos ambientais discutidos em nível mundial ao longo das últimas décadas. Para Gelli, neste aspecto a iniciativa brasileira é exemplar. "O Brasil é o único signatário da Agenda 21 a divulgar suas estatísticas sobre rejeitos radioativos", comenta.

A primeira listagem de indicadores do documento conhecido co-

mo Livro Azul — elaborado pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em 1996 — continha 134 itens a serem localmente aferidos pelos países signatários da Agenda 21. Em 2000, a lista foi reduzida para 57 pontos e recebeu diretrizes metodológicas. "A partir daí, com adaptações à realidade brasileira, foi elaborada a publicação do IBGE, que concentra 50 indicadores sociais, ambientais, econômicos e institucionais", diz Gelli.

Encontro do Rio

O primeiro dos quatro grupos, das questões sociais, traz 19 indicadores sobre população, equidade, saúde, educação, habitação e segurança; o segundo, 18 pontos sobre atmosfera, terra, mar, biodiversidade e saneamento; o terceiro aborda nove aspectos sobre estrutura econômica e padrões de produção e consumo; o último tem quatro temas — infraestrutura telefônica e gastos públicos com pesquisas, desenvolvimento e ambiente.

Segundo Gelli, este estudo do IBGE será distribuído durante o

encontro organizado para discutir no Rio de Janeiro, na semana que vem, os desdobramentos das conferências ambientais de Estocolmo (1972) e Rio 92. Participação do evento os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Thabo Mbeki (África do Sul), o primeiro-ministro da Suécia, Goram Persson, e o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

Dificuldades

Segundo Gelli, a iniciativa do instituto esbarrou na insuficiência de dados em vários quesitos. As informações sobre a poluição atmosférica em áreas urbanas traz apenas séries históricas (1995-99) obtidas na Região Metropolitana de São Paulo. De acordo com ele, não existem dados utilizáveis sobre qualidade da água, recursos hídricos, erosão do solo ou emissão de gases ligados ao efeito estufa no Brasil. Igualmente, ainda não estão disponíveis estatísticas sobre a degradação de biomas importantes, como o Cerrado e a Caatinga. "Mas as edições futuras deverão preencher estas lacunas", afirma.

(C.M.)